



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140753 - RJ (2021/0000537-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : EMANUEL ISAQUE FIDELIS DO CARMO (PRESO)
ADVOGADOS : LORRANE PARAVISO ALVES - RJ219553
NAIARA ROSA DA SILVA - RJ230202
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORRÉU : RICARD FIDELIS DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EMANUEL ISAQUE FIDELIS DO CARMO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (*Habeas Corpus* nº. 0075518-93.2020.8.19.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 33, caput, e 35, da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação), sendo convertida em prisão preventiva.

Sustenta que o recorrente é "um jovem de 18 anos, trabalhador que cursava o último ano do ensino fundamental até que foi interrompido pelo intercurso de sua prisão" e que "possui residência fixa, trabalho lícito, é primário e possui bons antecedentes" (fl. 140).

Alega que essas circunstâncias devem ser valoradas e se sobressaírem à gravidade abstrata do delito, única fundamentação da custódia cautelar do paciente (fl. 141), e que "possui somente 18 anos e o STF, também em decisão recente (05/08/2020), proferiu decisão dizendo que prisão preventiva de menor de 21 anos vai contra a política criminal" (fl. 143).

Requer, liminarmente, a "LIBERDADE PROVISÓRIA do paciente, mediante imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, com a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA" e, no mérito, a concessão definitiva da ordem (fl. 146).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Além disso, a matéria aqui suscitada foi também objeto do HC n. 635.239/RJ,

que já teve a liminar indeferida pelo Ministro Joel Ilan Paciornik em 17/12/2020, ocasião em que foi questionado o mesmo acórdão proferido no *Habeas Corpus* n. 0075518-93.2020.8.19.0000, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando a reiteração e, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente